

ENSAIO SOBRE A VERDADE: NOTAS PARA UMA COMPREENSÃO DA MANIPULAÇÃO DOS DISCURSOS NO AMBIENTE DIGITAL

DOI: 10.47677/gluks.v23i1.362

Recebido: 28/02/2023

Aprovado: 04/05/2023

ALVES-COSTA Lucas Piter¹

RESUMO: Este ensaio pretende traçar algumas balizas teóricas para uma análise da manipulação do discurso no ambiente digital/virtual. Pretende, para esse fim, discutir a noção de intencionalidade; a importância em conhecer o ambiente digital e as sociedades dele emergentes; a interpretação do arquivo; a construção de um *corpus* de análise. A discussão se baseia no arcabouço teórico da Análise do Discurso, mais especificamente na vertente que se convencionou chamar de Análise Semiolinguística do Discurso. As reflexões propostas apontam para a necessidade dessa vertente revisitar e ampliar o seu arcabouço para apreender as condições de produção dos discursos no ambiente digital.

PALAVRAS-CHAVE: Redes digitais, Análise do discurso digital, Semiolinguística

Quem controla o passado, controla o futuro.
Quem controla o presente, controla o passado.
1984
George Orwell

Pensar a manipulação da verdade por meio do discurso não é novidade. Historicamente, a relação entre linguagem e verdade é tema que pode ser remontado aos primórdios da comunicação. O que faz, então, com que esse tema receba notável atenção nos últimos anos? Este ensaio pretende lançar luz sobre alguns pontos possivelmente determinantes da importância que estudar a manipulação da verdade tem adquirido, e lançar as condições para a formulação de uma hipótese: a de que o olhar sobre o fenômeno da manipulação da verdade deva se voltar aos dispositivos que a favorecem, não apenas ao

¹ Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. Bolsista PQ-UEMG (2023-2024). Contato: lucas.costa@uemg.br.

Gláuks: Revista de Letras e Artes-jan/jun, 2023-ISSN: 2318-7131-vol.23, nº 1

conteúdo e produto dessa manipulação em si. Em outras palavras, as de McLuhan (1983), *o meio é a mensagem*, quer dizer, a compreensão da manipulação da verdade acontecerá quando se compreenderem os dispositivos que são utilizados para moldar a percepção de mundo das massas.

Notas sobre a intencionalidade

Os atos languageiros, em sua maior ou menor complexidade, constituem fatos de linguagem, que, por sua vez, são agrupados em um determinado campo dos estudos sociais e da linguagem a partir de certas regularidades, formando realidades. Essas realidades discursivas são nomeáveis e classificáveis, formando os domínios de saberes e poderes. Realidades que assumem certa autonomia relativa, gerenciando e sedimentando valores e práticas que regem os comportamentos de seus agentes. Esses agentes são os responsáveis pelos atos languageiros que retroalimentam esses regimes de verdades e, ao mesmo tempo, os sobredeterminam.

A linguagem assume, neste viés, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade (BOURDIEU, 2008). Nomear e classificar certas realidades discursivas contribui para constituir a estrutura do mundo que os agentes percebem e creem, “de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada). Todo agente social aspira, na medida de seus meios, a este poder de nomear e de constituir o mundo nomeando-o [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 81).

Todo comunicante está posicionado em uma formação ideológica que, por sua própria natureza pragmática e teórica no quadro da AD, é heterogênea. A compreensão da manipulação do discurso em defesa de um ponto de vista sobre o mundo deve levar em conta o posicionamento desse comunicante, ou melhor, dos comunicantes, pois a ideologia é...

[...] um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua. (GREGOLIN, 1995, p. 17).

O ato de linguagem é fundamentado em uma intencionalidade. A intencionalidade é mais que a intenção do comunicante, é o conjunto de fatores que direcionam o texto a um fim

Gláuks: Revista de Letras e Artes-jan/jun, 2023-ISSN: 2318-7131-vol.23, nº 1

último, ao seu objetivo, à sua finalidade. Assim, a intencionalidade inclui, naturalmente, a *intenção* dos parceiros do ato de linguagem (tanto a do comunicante, que intenciona um *fazer* sobre o mundo por meio da linguagem, quanto a do interpretante, que intenciona um *saber* sobre o mundo que o interpela pela linguagem); o *propósito* do ato de linguagem e, conseqüentemente, dos gêneros que o precisam e dos quais precisa (ora o gênero determina o ato, ora oferece as condições para a sua eficácia); a *expectativa* ou *finalidade* inerente ao ato de linguagem, que pode ser frustrada ou eficaz. Assim, a intenção, o propósito e a expectativa compõem a intencionalidade do ato de linguagem. Em resumo, nas palavras de Charaudeau (1983):

Intencionalidade: [...] não se trata apenas do conjunto de intenções comunicativas plenamente concebidas e voluntariamente transmitidas. Ela se trata de um conjunto de intenções que podem ser mais ou menos conscientes, mas que são todas marcadas com o selo de uma coerência psico-sócio-linguagêira. Não queremos reduzir o ato de linguagem a um fenômeno que estaria sob a única intenção consciente. Queremos, ao contrário, tomá-lo em sua totalidade, ou seja, permeável aos impactos do inconsciente e do contexto sócio-histórico. Este termo é, portanto, diferente de *intenção*. É equivalente ao termo *projeto de fala* [...].² (CHARAUDEAU, 1983, p. 42, tradução nossa).

A intencionalidade, como conceito semiolinguístico, está associada ao projeto de fala e ao contrato de comunicação. Sendo assim, ela é operada em uma zona de intercompreensão mútua sobre o ato de linguagem em si, não obrigatoriamente sobre o conteúdo, valores e verdades ditos pelo comunicante. Isso explicaria o fato de que, nos debates públicos, sobretudo naqueles de cunho político/eleitoreiro das redes sociais, a polêmica e a discórdia podem ser, por si mesmas, a finalidade do ato de linguagem. Logo, o contrato de comunicação não pressupõe, obrigatoriamente, um diálogo amistoso. Pode haver a intenção de ofensa, por exemplo, como estratégia de impulsionar a polêmica nas redes sociais por meio dos algoritmos.

Lembremos que todo ato de fala se inscreve e ganha sentido em uma relação de reciprocidade assimétrica entre um Eu e um Tu, cada um dependendo do outro em

2 *Intentionnalité* : [...] il ne s'agit pas seulement de l'ensemble des intentions communicatives pleinement conçues et volontairement transmises. Il s'agit d'un ensemble d'intentions qui peuvent être plus ou moins conscientes, mais qui sont toutes marquées au sceau d'une cohérence psycho-socio-langagière. Nous ne voulons pas réduire l'acte de langage à un phénomène qui relèverait de la seule intention consciente. Nous voulons, au contraire, le prendre dans sa totalité, c'est-à-dire perméable aux impacts de l'inconscient et du contexte socio-historique. Ce terme est donc différent de *intention*. Il est équivalent au terme *projet de parole* [...].

função da sua imagem. Para resolver essa diferença na alteridade, um jogo de regulação instaura-se entre eles a fim de estabelecer uma relativa intercompreensão. (CHARAUDEAU, 2022, p. 172).

Assim, compreender a intencionalidade é fundamental para descrever as causas da manipulação do discurso, uma vez que todo ato de linguagem é, em sentido lato, um agir no mundo e sobre o mundo. Esse agir é transformador, pois a *palavra* é uma força motriz de sentidos em meio a muitas outras semioses que são usadas para cativar e manipular o público. Semioses que precisam ser compreendidas, uma vez que tem sido notável que, nas redes sociais, a maneira de dizer já é dizer, pois carrega os sentidos dos lugares de sua constituição.

Na abordagem discursiva, o discurso é fruto de uma percepção de linguagem (qualquer que seja ela, verbal, pictórica, gestual...), não só na materialidade específica de seus signos (na linguagem verbal, palavra, na pictórica, cores e formas...), mas também nos valores ideológicos, sócio-históricos que lhe são constitutivos. (DI FANTI, 2018, p. 10).

No caso das redes sociais e plataformas de *streaming* (Instagram, Twitter, Facebook, Youtube, Tik Tok...), o que impulsiona essa motricidade de sentidos é o algoritmo. A proeminência das redes sociais com suas semioses múltiplas e, por vezes, sincréticas veio mostrar a atualidade do projeto semiolinguístico de análise do discurso, sobretudo no quadro *infodêmico* mundial constituído de negacionismo e relativismo da verdade.

Notas sobre o ambiente digital

A midiaticização eletrônica/digital dos discursos cresceu muito nos últimos anos, de modo que é possível encontrar nessas mídias todo tipo de temática. Não apenas o discurso informativo faz uso das mídias eletrônicas/digitais, mas há um massivo engajamento de discursos outros, como de ódio, de autoajuda, de publicidade, de moda, de militância, de política, de humor, etc. Estamos falando das mídias como meios de propagação, portanto, meios de favorecer a visibilidade de conteúdos.

Atualmente, grandes corporações, como o Google, Facebook, Amazon, Apple, entre outras, concentram as atenções e os fluxos de informação nas redes digitais. Para vencer a concorrência, coletam permanentemente dados de seus usuários, traçam seus perfis e tentam mantê-los fiéis e atuantes em suas plataformas de interação. (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2021, p. 10).

É importante se questionar: que prática social é essa na Internet? Assim como um espaço físico pode condicionar as práticas discursivas dos sujeitos, o espaço virtual de uma página na Internet também o pode: a disponibilidade ou não de itens clicáveis e os lugares em que esses itens são dispostos – que são os meios de acesso nesse ambiente – são influenciados pelas formações discursivas que projetam ali essas práticas. Em outros termos, a própria construção dos sites e/ou páginas na *web* é ideológica, uma vez que cada ambiente pode privilegiar certos aspectos de interações sociais, como a postagem de fotos, o compartilhamento de conteúdo, a comunicação entre clientes, as formas rápidas ou não de pagamento e/ou reembolso, informações diversas sobre as políticas do *site* ou da plataforma, configurações gerais e/ou pessoais, enfim, uma gama de recursos acessíveis por elementos clicáveis que condicionam o modo como os sujeitos ali podem e/ou devem agir. Vê-se que as condições de produção dos discursos na Internet trazem elementos muito próprios dela, não presentes em outros ambientes.

Nesse cenário de *supercirculação* de informações, a título de exemplo, um discurso que tem disputado, e perdido, cada vez mais espaço quantitativo, é o discurso científico. O conhecimento produzido pelas ciências ainda circula em esferas qualitativas, ainda privilegiadas, razão pela qual é sufocado pela imensurável quantidade de dizeres advindos de outras esferas, muitas das quais se dedicam a espalhar desinformação e/ou senso comum. O resultado não poderia ser mais catastrófico, em termos de conhecimento: descrédito de especialistas, *fake news*, e excesso de vozes que se autoproclamam legitimadas para tratar de qualquer assunto.

Assim, lança-se um descrédito sobre a palavra do especialista e sobre os meios de comunicação que a representam, o que justificaria a produção de outros discursos, em outros lugares, estes últimos partidários, instituindo, assim, um *contrassaber* que pretende ser legítimo. Contesta-se qualquer autoridade de saber e dessacraliza-se o discurso científico ao qual negamos a possibilidade de ser objetivo, já que tudo é subjetivo e tudo é interpretação. (CHARAUDEAU, 2022, p. 167).

Sobre a produção de verdades através da Internet, Dias (2015) afirma que a “circulação do conhecimento é parte da sua produção” (DIAS, 2015, p. 279), já que a Internet se constitui como um espaço de circulação. Podemos dizer que *a internet é um espaço e um meio de circulação* do conhecimento. É *espaço*, porque constitui um ambiente de interação (nele, os sujeitos se posicionam, são posicionados, e frequentam ambientes segundo suas

Gláuks: Revista de Letras e Artes-jan/jun, 2023-ISSN: 2318-7131-vol.23, nº 1

filiações ideológicas – daí o uso de Internet com “I” maiúsculo ser mais pertinente, pois daria a ela o estatuto de instituição capaz de abrigar formações discursivas e ideológicas de várias naturezas); é *meio*, porque ela se faz um recurso só acessível nela e por meio dela, enquanto espaço (a própria materialidade do dispositivo eletrônico e a estrutura semiótica do *site* ou da *página* determina que tipo de prática discursiva pode ser empreendida ali. Enquanto meio, seu uso fica diretamente comprometido por falhas técnicas. Daí o uso de internet com “i” minúsculo ser mais adequado por limitá-la a um artefato tecnológico).

A diferença parece justificar falarmos em “discursos da Internet”, uma vez que os sujeitos ali em interação regem e são regidos por práticas específicas desse espaço, bem como ocupam posicionamentos ideológicos que fora da Internet poderiam se dar de forma velada. Lembremos que esses discursos da Internet não seriam produções exclusivas dela e/ou nela. Assim como a escola pode refletir/refratar concomitantemente discursos religiosos, econômicos, científicos, pedagógicos, etc., na Internet pode ocorrer o mesmo. Se pudermos estabelecer uma comparação, assim como a Ciência e a Escola são lugares de produção de sentidos para o discurso científico e o escolar, e têm, cada um, a universidade e a escola como *locus* representativo, a Internet seria também um lugar de produção de sentidos, e seus discursos teriam a própria Internet, nas condições materiais já mencionadas, como esse *locus*.

Já na década de 60, McLuhan (1964) trazia a ideia de que os meios de comunicação eram uma extensão do homem. Observação premonitória se atentarmos para o fato de as pessoas estarem cada vez mais envolvidas e entretidas com seus *smartphones*. A maneira de se comunicar já é comunicar. Tal proposição parece ter ainda mais importância se levarmos em conta a forma com que as informações chegam ao sujeito no ciberespaço, na maioria das vezes, condicionadas pelos algoritmos de modo a parecerem ideais para o usuário. Confortavelmente, cada indivíduo faz do *smartphone* uma extensão de si. Os motivos para esse comportamento podem ser especulados: vão desde muitas doses diárias de dopamina veiculadas em vídeos de animais, de moda, de corpos belos, de humor, etc.; passando pela ansiedade generalizada pela enxurrada de notícias ruins sobre catástrofes naturais, corrupção governamental, violência, etc.; chegando à demanda sempre urgente do trabalho que deixou de lado os limites das oito horas diárias e invadiu a vida privada, doméstica e horas de lazer. Sobre esse último motivo incide, nas redes sociais, centenas de discursos de produtividade que distorcem a verdade sobre a conjuntura trabalhista contemporânea: subjetivam o

trabalhador como principal e/ou único agente de seu sucesso, desviando o foco da autocobrança imposta pelo neoliberalismo nas variadas áreas do trabalho.

Para fechar esse tópico, vale fazer um paralelo entre as sociedades emergentes do/no ambiente digital. De acordo com o filósofo Byung-Chul Han (2015), a sociedade atual não é mais a sociedade disciplinar, pensada por Foucault (2014), marcada pela interdição, pela negação, pela proibição. Para o filósofo, a sociedade do século XXI é a de desempenho, na qual o sujeito é empresário de si mesmo. As exigências por bons resultados são cada vez mais desumanas, porém naturalizadas, gerando indivíduos cansados e frustrados.

Mas, ao contrário do que diz Han (2015), não deixamos para trás a sociedade disciplinar. Tal sociedade ainda existe, ela se transformou graças às novas relações sociais no ciberespaço, expandiu-se, adaptou-se às condições atuais e, em certo ponto, reforçou as sociedades do espetáculo, conforme Debord (1968), e do cansaço, conforme Han (2015). A sociedade disciplinar tem como ponto central o controle dos sujeitos, dos seus corpos, a sua docibilidade. Daí podermos falar tanto de autovigilância quanto de biopolítica. A superexposição, característica da sociedade do espetáculo, corrobora alguns aspectos da sociedade disciplinar, tais como manter-se dentro de padrões de beleza, de comportamento, de consumo, etc., sem os quais o sujeito não poderia se expor sem sofrer sanções. Para ser espetáculo, ele precisa se adequar, disciplinar-se.

Não é surpresa que essa autocobrança gere traumas e efeitos negativos no indivíduo, afinal, ele deve atingir altas metas, como manter uma boa dieta, vestir-se bem, ter bons hábitos de consumo, ser uma pessoa positiva, engajar-se politicamente, reciclar, orar, meditar, produzir, investir em sua carreira, manter a casa limpa, educar os filhos, planejar o seu tempo, etc. Ao mesmo tempo em que sofre sanções. Não é difícil ver que a sociedade do espetáculo abriu as cortinas para a sociedade do cansaço, na qual a autocobrança é uma sofisticação da prática disciplinar. Portanto, a sociedade disciplinar ainda existe e está mais coercitiva, pois conta com a adesão inquestionável de seus disciplinados.

Lazzarato (2006) vai ainda mais longe na interpretação da mudança da sociedade disciplinar. Para esse sociólogo, que se apropria do conceito de modulação de Deleuze, o que há agora é a sociedade do controle, que exerce o seu poder graças à tecnologia de imagem, som e informações que introjetam comportamentos na memória coletiva e, portanto, subjetivam as massas. Assim, as sociedades da *disciplina*, do *espetáculo*, do *cansaço* e do

controle coexistem, e são mediados pelos discursos com suas múltiplas semioses, manipulados pelas grandes corporações.

Notas sobre a constituição dos *corpora*

Quando apontamos para um enunciado, apontamos para a sua materialidade, que não deixa ser uma materialidade semiotizada para suportar o enunciado. Tal materialidade pode se manter a mesma em um contexto diferente e fazer com que o enunciado seja outro. O enunciado está sempre aquém e além da sua materialidade, sempre como um fundo dos signos, por isso, ele pode ser outro, em outra situação, ainda que a forma permaneça a mesma. Do mesmo modo, pelo mesmo princípio, ele pode se repetir em diversas materialidades diferentes em situações outras. A materialidade não é garantia de estabilidade de um enunciado: ela pode ser tomada de maneira equivocada, sem coincidência entre forma e conteúdo.

Nas práticas discursivas contemporâneas, principalmente nas que ocorrem na e por meio da Internet, noções como arquivo, enunciado, memória, materialidade discursiva têm composto novas problemáticas em AD. Vejamos como elas se relacionam em uma dessas problemáticas, que é a constituição do *corpus* por meio da Internet. A constituição do *corpus* em AD foi uma questão posta em discussão desde o início dessa área. A preocupação central dessa disciplina de entremeio sempre foi, justamente, não tomar a constituição do *corpus* separada das condições de produção do discurso.

Constituir o *corpus* em AD, e, no caso mais específico, sob a influência de pressupostos da *Arqueologia* de Foucault (2008), exige conhecer a noção de arquivo (pois a constituição do *corpus* é um gesto de leitura do arquivo), e, por conseguinte, conhecer a noção de enunciado dentro desse quadro teórico-metodológico de análise. O domínio das coisas ditas sobre um tema é o que se chama arquivo; o papel da arqueologia é analisá-lo, nos diz Foucault (2008).

O arquivo representa o sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados. Sendo os enunciados considerados acontecimentos discursivos, estão sujeitos a regras de existência, formação, dispersão e transformação. São os sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que se propõe a chamar de arquivo.

Esta noção é imprescindível para a análise do discurso porque vai romper com a tradição linear e cronológica dos estudos da história dos grandes acontecimentos que leva somente em conta a continuidade dos fatos, a linearidade destes acontecimentos, o que se torna impossível, mais do que nunca, no ambiente digital. De acordo com Sargentini (2004, p. 88), “Foucault atribui ao conceito de arquivo o vínculo imediato ao sistema da enunciabilidade, às regularidades específicas inscritas nos textos”. Ela defende ainda que o filósofo não propõe uma análise plana destes textos para buscar as regularidades, mas considera o valor do arquivo na especificidade do texto. Nesse viés, a linguista conclui que o “método arqueológico focaliza as práticas discursivas que constituem o saber de uma época, a partir dos enunciados efetivamente ditos e o funcionamento dos discursos” (SARGENTINI, 2004, p. 88).

Essa noção de arquivo como processo de montagem do *corpus* vai romper, de fato, com a tradição de análise clássica do discurso segundo a qual os pesquisadores se debruçavam sobre séries textuais, muitas vezes já lidas pelos historiadores de longa duração (GUILHAUMOU, MALDIDIER, ROBIN, 2016). Conforme estes historiadores, o arquivo jamais é determinado, desde já previsto, e seu vínculo institucional está relacionado a um nome próprio, uma data; é insuficiente porque isso não revela quase nada do funcionamento do arquivo. Portanto, a constituição do *corpus* na perspectiva de arquivo prevista na *Arqueologia* deve ocorrer a partir dessa rede de formulações e de um domínio associado. E o enunciado distinto da aceção puramente linguística nos permite traçar essa rede discursiva sem, obviamente, ter uma gana de totalidade, de completude, de esgotamento do arquivo, o que nos seria impossível. Trabalhar com a noção de arquivo, afirma Sargentini (2004, p. 89), é “flagrar o sistema da formação e da transformação dos enunciados obtidos a partir de uma grande diversidade de textos, de um trajeto temático, de um acontecimento discursivo”.

No que concerne à questão do *corpus*, podemos dizer que se trata de um conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo. O *corpus* de pesquisa em AD é construído a partir de gestos de leitura/interpretação do arquivo, ele não é uma formulação dada a priori. Todo trabalho de pesquisa passa por um processo de seleção de material. Para isso faz-se necessário recorrer a um determinado arquivo, ou seja, um conjunto de documentos sobre determinada questão, como propôs

Pêcheux (1994), que é estabelecido pelo próprio pesquisador segundo seus objetivos e sua questão de pesquisa.

Em análise do discurso, o *corpus*, por mais representativo que seja de um objeto, será sempre limitado em sua representatividade: não se pode conter toda a discursividade em uma amostragem. Por isso, o analista deve estar ciente de que, ao perscrutar o arquivo sobre um objeto, a construção do seu *corpus* será capaz de mostrar uma parte constitutiva do discurso analisado. Afinal, cabe perguntar, o que a seleção do *corpus* haveria deixado de fora que mudaria todos os efeitos de sentidos ali aparentemente denunciados? Que discurso estaria escondido na falta?

À medida que os estudos do discurso atingiram novos domínios, o que exigia outras reflexões, a concepção que se tinha de *corpus* de análise foi mudando. Nesse sentido, o conceito de arquivo foucaultiano possibilitou que se fizesse uma análise de discurso não com essa ânsia pela totalidade, por agrupamentos em série de textos fechados num arquivo, já que sua preocupação não se dá pela quantidade nem somente pelas sequências discursivas, mas pela análise de enunciados sempre em relação a outros.

No caso da Internet, é preciso estar atento durante a constituição do *corpus* sobre um tema por meio de arquivos virtuais e institucionais, sobretudo no caso de *sites* cuja formação ideológica já é notória, pois a leitura de um arquivo institucional sobre um tema tende a evidenciar os discursos produzidos por essa instituição sobre esse mesmo tema. É o caso, por exemplo, dos arquivos produzidos pela revista *Veja* sobre o Lula e disponibilizados no *site* da revista. Além do mais, os arquivos virtuais sobre um determinado tema, por exemplo, o arquivo de uma revista *online*, de uma página de *Facebook*, ou de um *blog* qualquer, já são um recorte do arquivo geral sobre esse mesmo tema. Neste caso, o analista deve levar em conta também a própria natureza material desse arquivo, pois ela é também significativa, uma vez que já efeito de leitura do tema em questão.

Ler o arquivo é questioná-lo em sua constituição, é não aceitar, como diria Pêcheux, uma leitura literal. Neste ponto, Pêcheux e Foucault estariam de acordo: ler o arquivo, de modo crítico, levaria à pergunta: por que surgiu esse enunciado e não outro, e por que surgiu dessa maneira e não de outra? Não faz muito tempo, por exemplo, que o *Facebook* acrescentou ao botão “like” outras opções de expressar a reação diante de uma postagem. O “like”, que antes servia para expressar contentamento por uma postagem, foi se saturando de

efeitos de sentido à medida que foi ficando mais evidente que o *Facebook* é um ambiente de múltiplas posições políticas. Não mais era pertinente usar o “like” para expressar indignação ou tristeza em relação a uma postagem. Com a mudança, passou a ser mais visível a reação de um público sobre um mesmo tópico compartilhado em páginas alinhadas a formações ideológicas diferentes, como tem sido no caso de compartilhamento de notícias sobre o Lula, por exemplo. Uma mesma postagem sobre o Lula pode suscitar reações adversas, expressas pelas opções inclusas no botão do “like”, se compartilhada em páginas de formação ideológica de esquerda ou direita, ainda que se trate de uma mesma formação discursiva.

É possível notar que páginas declaradamente enviesadas se apresentam como um efeito de completude do saber, de saturação dos sentidos, como se nelas os sentidos estivessem completos por serem únicos e evidentes. Essa busca pelo efeito de completude causa o direcionamento do gesto de leitura/interpretação do arquivo, ao mesmo tempo em que se dissimula para o sujeito-leitor como para o sujeito-autor a constituição ideológica desse processo.

Voltando ao caso da revista *Veja online*, o arquivo “capas” disponibilizado na *web* por meio de um hipertexto funciona como um espaço virtual regulado onde a leitura de arquivo se encontra limitada e direcionada de modo a compreender uma ordem parafrástica de repetição. Além disso, essa modalidade de leitura que se propõe literal visa ainda ao apagamento da incompletude da linguagem pela saturação dos sentidos e à inacessibilidade aos sentidos antagônicos. O discurso se modifica “em função dos momentos e dos lugares de enunciação, o que o permite afirmar que ‘os estudos sobre o discurso são também do discurso’” (DI FANTI, 2018, p. 10). Em resumo, o analista corre o risco de analisar uma *bolha*, na qual pode estar envolvido.

Sobre o direcionamento do gesto de leitura de arquivo, compreende-se que os aparelhos de poder que o regulam ocupam um lugar legitimado pelo processo histórico de naturalização de suas práticas de modo que lhe seja autorizada a cristalização e a naturalização de sentidos, tornando-os “evidentes”. Esse modo de leitura institucionalizada produz um efeito de memória coletiva que, ao apagar os sentidos não-autorizados, propõe-se como uma versão legitimada dos fatos, instaurando, assim, uma memória histórica oficial. O arquivo institucional funciona, portanto, por acúmulo e não pela dispersão de saberes. Satura e estabiliza os sentidos de forma a manter seu retorno no intradiscurso constante.

Para finalizar, o trabalho de análise de um discurso já começa na constituição do *corpus*. O procedimento envolve o delineamento dos limites, os recortes do objeto e as retomadas constantes de conceitos e princípios da AD. Essas retomadas teóricas confirmam que, no momento em que se delimita o *corpus*, já vai sendo feito um trabalho de análise. Lembremos que o *corpus*, para a AD, não é dado *a priori*. É construído a partir de gestos de leitura, de interpretação e de compreensão de seu próprio objeto de investigação. O processo, portanto, não segue critérios empíricos, e sim critérios teóricos.

Uma nota de fim

Em seu *A Manipulação da Verdade*, Charaudeau (2022) retoma Foucault em vários momentos. Nessa obra, o retorno a um dos fundadores da AD parece anunciar a necessidade de revisitar velhos conceitos, cuja estabilidade está à prova com o advento da era digital, do negacionismo e da pós-verdade. Diferente de suas três obras que lhe trouxeram notoriedade no Brasil – *Linguagem e Discurso* (2008); *Discurso das Mídias* (2006a); *Discurso Político* (2006b) –, que trazem um forte aparato de categorias de análise, essa tem, por sua vez, um caráter mais reflexivo. O projeto de análise semiolinguística está presente, mas como pano de fundo. Se a hipótese lançada no início deste ensaio se coadunar, nos próximos anos, veremos o projeto de análise semiolinguística do discurso, sobretudo em sua dimensão *semio*, se abrir para autores outrora ignorados, como McLuhan (1964), Balpe (1990) e Lévy (1990, 1994, 2011), pois, desde o início, é umas das principais características da semiolinguística a versatilidade para absorver teorias que deem conta de sistemas para além do linguístico.

Referências

- BALPE, Jean-Pierre. *Hyperdocuments, hypertextes, hipermédias*. Paris: Eyrolles, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006a.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006b.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique (Théorie et pratique)*. Paris: Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1998.

DI FANTI, Maria da Glória; BRANDÃO, Helena Nagamine. Discurso, atividade e produção de sentidos: perspectivas teóricas e práticas. In: DI FANTI, Maria da Glória; BRANDÃO, Helena Nagamine (Orgs.). *Discurso: tessituras de linguagem e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 7-18.

DIAS, Cristiane. A tecnologia como condição de produção do conhecimento na sociedade contemporânea: redes, memória e circulação. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 279-291.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa*. Araraquara, v. 39, 1995, p. 13-21. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107724/ISSN1981-5794-1995-39-13-21.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 18 de Junho de 2016.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Trad. Carolina P. Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVY, Pierre. *Les technologies de l'intelligence: l'avenir de la pensée à l'ère informatique*. Paris: La Découverte, 1990.

LÉVY, Pierre. *L'intelligence collective: pour une anthropologie du cyberspace*. Paris: La Découverte, 1994.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 2011.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação com extensões do homem*. Trad. Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V. M.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Orgs.). *Michel Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Apresentação: a modulação de opiniões e comportamentos. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo;

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2021, p. 9-11.

ESSAI SUR LA VÉRITÉ: NOTES POUR COMPRENDRE LA MANIPULATION DES DISCOURS DANS L'ENVIRONNEMENT NUMÉRIQUE

RÉSUMÉ : Cet essai vise à esquisser quelques lignes directrices théoriques pour une analyse de la manipulation du discours dans l'environnement numérique/virtuel. A cet effet, il entend discuter de la notion d'intentionnalité ; l'importance de connaître l'environnement numérique et les sociétés qui en émergent ; l'interprétation de l'Archive ; la construction d'un corpus d'analyse. La discussion s'appuie sur le cadre théorique de l'Analyse du Discours, plus spécifiquement sur la tendance que l'on appelle conventionnellement l'Analyse du Discours Sémiolinguistique. Les réflexions proposées pointent la nécessité pour cet aspect de revisiter et d'élargir son cadre pour appréhender les conditions de production des discours dans l'environnement numérique.

MOTS-CLÉS : Réseaux numériques, Analyse numérique du discours, Sémiolinguistique